

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2004.**

Regulamenta o parágrafo único do art. 146 e o inciso IX do art. 170 da Constituição Federal e dá outras providências (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte)

### **EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao parágrafo 1º do artigo 3º do Substitutivo, a seguinte redação:

Art. 3º .....

§ 1º São equiparadas às microempresas e às empresas de pequeno porte para os efeitos previstos nesta lei complementar:

I – exceto os tributários, as sociedades simples;

II – o produtor rural que, como pessoa física, produzir, industrializar sob forma artesanal e comercializar artesanatos ou produtos comestíveis de origem animal ou vegetal.”

### **JUSTIFICATIVA**

O projeto, ao se referir a empresário individual, adota o conceito exarado no Código Civil. Porém esse mesmo código diz que o produtor rural não está obrigado à inscrição como empresário. Significa dizer, então, que o substitutivo exclui o produtor rural do instituto da MPE. São milhares de famílias que têm no agronegócio familiar sua fonte de sustento. A proposição visa incluir esses produtores que industrializam de forma artesanal sua produção, como pessoa física.

O agricultor sempre explorou sua propriedade como pessoa natural. Veja-se a legislação do Imposto Sobre a Renda. Mesmo na área do ICMS e do IPI, as legislações federal e dos diversos Estados permitem que o produtor rural emita documento fiscal (Nota Fiscal de Produtor) como pessoa natural (ou física) e dispensam a ele tratamento privilegiado e menos gravoso.

Ocorre que, na agricultura familiar, existem milhares de produtores que fazem, na sua própria produção, algum tipo de industrialização, ainda que artesanal. É o caso dos pequenos fabricantes de queijos, licores, compotas, doces, artesanatos, instrumentos rústicos, etc, etc. Para esses casos, normalmente, não há meio termo. Quase todas as legislações dizem que, nessas condições, o produtor é equiparado a industrial e fazem incidir sobre o estabelecimento rural

todas as exigências impostas aos estabelecimentos industriais, inclusive a carga tributária correspondente.

Assim, é fácil perceber que ao pequeno produtor rural, que industrializa sua própria produção, seria extremamente interessante ser agasalhado pelo projeto.

Sala das Sessões, em 08 de fevereiro de 2006.

**Deputada Selma Schons**